

# MARIA DE LOURDES PINTASSILGO:



## "TENHO MEDO DE QUE A HISTÓRIA PASSE AO LADO"

"SINTO-ME A VIVER UM MOMENTO EXTRAORDINARIAMENTE INTERESSANTE E DESAFIADOR. E TÃO INTENSO QUE A PRÓPRIA LEITURA DOS ACONTECIMENTOS SE VAI FAZENDO NO INCONSCIENTE. TENHO A NOÇÃO DE QUE ESTOU A VIVER A VÁRIOS NÍVEIS E QUE ESTES NÍVEIS ESTÃO POLARIZADOS. O MAIS IMPORTANTE, O QUE EU SINTO COMO MUITO CLARO É QUE ESCREVI MUITO SOBRE A REVOLUÇÃO, A REVOLUÇÃO PERMANENTE, E, NESTE MOMENTO, SINTO-ME DENTRO DELA. PORTANTO, ESTA SENSACÃO CONSTANTE, QUE É QUASE FÍSICA, DE ESTAR MERGULHADA NA REVOLUÇÃO, DÁ-ME A SENSACÃO DE ESTAR A COMPANHAR A HISTÓRIA DE UMA FORMA INEQUÍVOCA. E O MEU MEDO É DE QUE A HISTÓRIA PASSE AO LADO."

Entrevista recolhida por Antónia de Sousa

Esta afirmação é produzida pela ministra dos Assuntos Sociais, eng. Maria de Lourdes Pintassilgo, a primeira mulher portuguesa a sobraçar uma pasta ministerial. Estávamos no seu gabinete, para uma entrevista diferente. A jornalista ali era simples porta-voz das questões que algumas mulheres, representativas de vários sectores do público, gostariam de ver respondidas. Desempenhávamos um mero papel de intermediária da mulher portuguesa que queria saber coisas precisas da sua primeira mulher ministra. Levávamos um questionário formal, com as vantagens de corresponder aos interesses precisos do público que queríamos informar. E os inconvenientes de obtermos respostas demasiado "ministeriais", que revelassem as intenções do ministro, ultrapassando a sua condição de ministro no feminino, uma das muitas conquistas do 25 de Abril.

Para rodearmos esse inconveniente foi necessário deixar, por algum tempo, em segundo plano a entrevista que nos levava ao edifício que

pertencera à Secretaria de Estado da Emigração, e onde está agora instalado o Ministério dos Assuntos Sociais, a fim de conversarmos com a ministra, a encontrarmos como mulher, e a trazermos como tal às nossas leitoras, com o seu sorriso muito aberto, o seu abrir de braços quando fala, como se quisesse envolver os assuntos ou as pessoas ou o mundo.

"Este momento da História - continua - é ambíguo. Não é perfeitamente cristalino e, para mim, é fundamentalmente, nesta ambiguidade, a esperança cristã que introduz uma dimensão para além da história."

### MINISTRA DEFENDE PROMOÇÃO DA MULHER

Maria de Lourdes Pintassilgo é formada em engenharia pelo Instituto Superior Técnico. Afirma-o com certo orgulho, referindo 1953 como o ano da sua licenciatura. "Sou solteira - continua - vivo numa comunidade, o Graal, trabalhei em

energia nuclear, na Junta de Energia Nuclear e fiz investigação científica na indústria, na C.U.F."

Pedimos-lhe alguns dados biográficos, porque aqueles que até agora vieram a público são muito lacónicos, quase nada dizem da trajectória que a colocou na posição de vir a ser escolhida para secretária de Estado do Primeiro Governo Provisório e ministra do segundo.

"Interrompi a minha actividade ligada à engenharia - informa-nos - para, no quadro de um grupo católico, me dedicar a uma linha de transformação social e de política cultural. Fui dirigente do Graal, que tem equipas em todos os continentes. Estive na organização de cúpula, de 1964 a 1969. Passei parte do tempo na Holanda e Estados Unidos."

Referimos o seu papel de presidente, no âmbito do ex-Ministério das Corporações, de uma comissão para a promoção da mulher. Afirmou-nos:

"Apareci a presidir nesse grupo de trabalho, no Ministério das Corporações, em 1970. Foi uma pequena brecha. Coincidiu com o

aparecimento dos Movimentos de Libertação da Mulher em Portugal."

Lembrámos que Betty Friedan apareceu, em 1964, com "A Mística da Mulher", livro que serviu de detonador para a formulação objectiva de mal-estares indefinidos, que iriam ganhar a expressão de "movimento libertador", principalmente nos Estados Unidos, a partir de 1968.

Continuou a "sra. eng.," como lhe chamam as suas colaboradoras mais directas:

"A proposta para presidir a este grupo coincidiu com a escalada na Imprensa dos problemas da mulher. Foi isso que me levou a tentar alguma coisa a nível legislativo. Comecei então a trabalhar numa legislação que considerava as mulheres como um grupo social, que as considerava não só no trabalho, mas no trabalho e no exercício da sua dupla tarefa. O que estava em causa era o problema da igualdade de oportunidades."

E acrescentou que, praticamente, a primeira versão dessa lei foi feita no Verão de 1971. Possivelmente agora, continua, não será uma lei global

# "Estou mergulhada na revolução"

"porque as condições são outras". Observa, porém, que muitas das medidas que estavam consignadas nesse projecto legislativo "vão ser tomadas em colaboração com outros ministérios, inclusivamente com o da Justiça".

A propósito, perguntámos-lhe se essa lei prevê alguma alteração ao exercício do poder paternal. Afirmou-nos:

"Essa lei trata somente da capacidade cívica. Quanto ao poder paternal, há um estudo feito de uma proposta de alteração aos capítulos que se lhe referem no código civil."

A conversa ficou por aqui. Agora é a entrevista.

## A POLÍTICA SOCIAL

MARIA LAMAS:

*(Escritora e grande lutadora pelos direitos das mulheres)*

— Acha que a política social deve ser tratada separadamente quanto aos sexos ou parece-lhe que toda a política, mesmo a social, deve ser considerada comum ao homem e à mulher? Não considera que todos os problemas da vida dizem simultaneamente respeito à espécie humana, quer se trate do sexo masculino ou feminino?

RESPOSTA:

— A política social, a meu ver, dirige-se aos dois sexos nas suas grandes linhas, pois tem de acompanhar todo o desenrolar da existência humana. Os problemas da vida, os problemas da primeira infância, os problemas de adaptação da escola e do meio social, os problemas de protecção no trabalho, os problemas de preparação para a terceira idade e da maneira como ela é vivida são, sem dúvida, problemas comuns ao homem e à mulher. Mas parece-me, no entanto, que há uma maneira nova de tratar a política social, que nos foi trazida pela consciência desperta das mulheres enquanto grupo social.

As discriminações e as carências que tinham sido expressas por vários grupos não conseguiram, até ao princípio da década de 70, enunciar, de forma adequada, a realidade do segundo sexo. Daí que me pareça importante que no seio da própria

*política social se tenha em especial atenção a condição feminina enquanto grande problema que carece não só de estudo para resolução de situações difíceis, mas que sobretudo poderá abrir caminhos novos à própria política social.*

## PROTECÇÃO À MATERNIDADE E PRIMEIRA INFÂNCIA

MARIA ADELINA COLAÇO:

*(Directora dos Serviços de Protecção à Criança da Misericórdia)*

— Nas grandes linhas de orientação do Programa do Governo Provisório vem referida a definição de protecção da maternidade e da primeira infância, matéria de importância fundamental na instauração de uma nova sociedade, que ultrapassa largamente os limites dos Assuntos Sociais, envolvendo os Ministérios do Trabalho, do Equipamento Social e Ambiente, da Justiça e também da Educação (se atendermos a que a protecção à criança não pode deter-se na chamada "primeira infância").

Qual o papel que a Ministra dos

Assuntos Sociais (dá gosto empregar este feminino) se propõe desempenhar na definição dessa política de protecção da maternidade e da infância?

RESPOSTA:

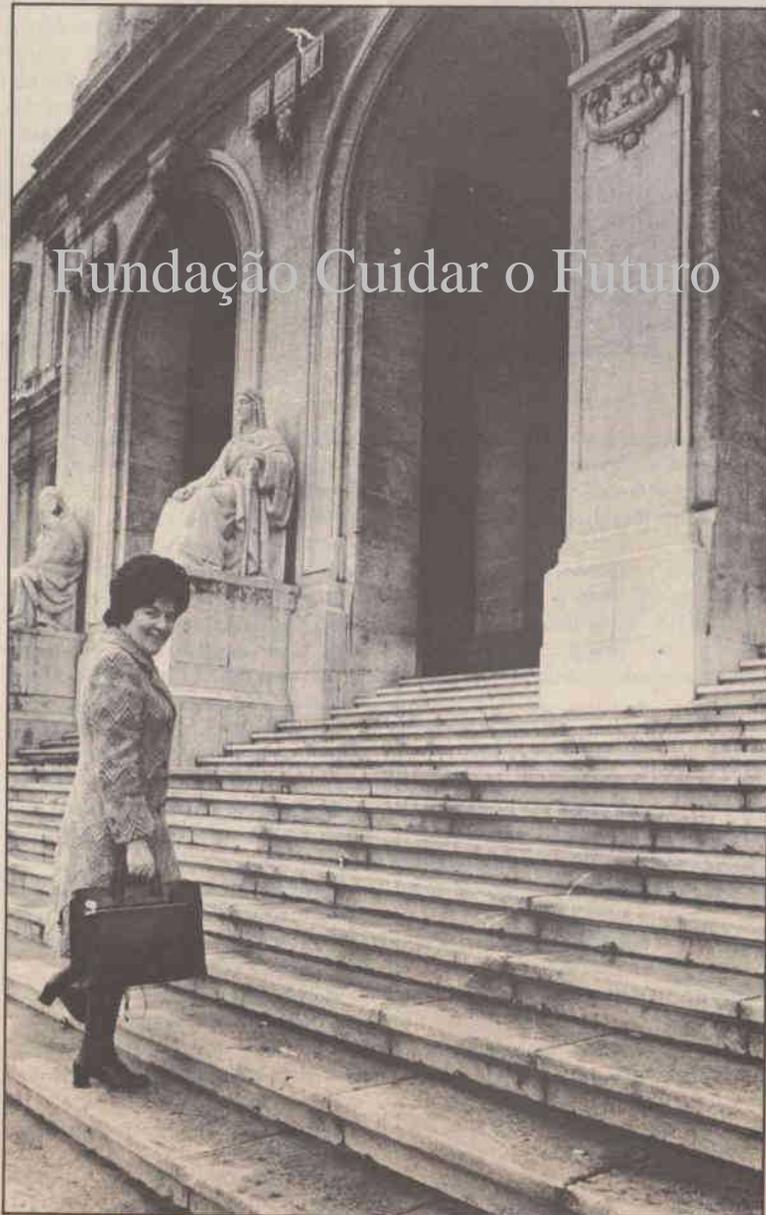
— Se é certo que a definição da política de protecção à maternidade e à primeira infância diz respeito a uma série de departamentos do Estado, não é menos certo que a sua iniciativa deve caber ao Ministério que dirijo.

Mais do que definir o meu "papel", quero dizer sumariamente qual a política de protecção da maternidade e primeira infância que entendo deve ser seguida. Considero que a maternidade é uma função a ser assumida colectivamente por toda a sociedade e que não devem ser apenas as mães a suportar a responsabilidade e as consequências de tal função. Isto leva necessariamente a medidas muito concretas, tais como o estabelecimento de um período de repouso obrigatório após o parto para todas as mulheres trabalhadoras, a concessão de benefícios à mãe durante, pelo menos, o primeiro ano de vida do filho, no qual se estrutura a personalidade da criança, a descoberta de novas formas de enquadramento afectivo das crianças desde o seu nascimento. Quero sublinhar que, contrariamente a certas tendências correntes, que veriam o País coberto por infantários de Norte a Sul, não julgo que essa experiência, tanto no Ocidente como nos Países de Leste, tenha levado a conclusões muito positivas quanto a esse tipo de estruturas. Daí que me pareça possível irmos para equipamentos não só mais económicos para a colectividade, como afectivamente mais seguros para as crianças, como, por exemplo, tornando a família uma instituição aberta não só para os seus próprios filhos mas também para outras crianças que se possam assim enquadrar no ambiente familiar.

## QUAL VAI SER A POLÍTICA FINANCEIRA DA PREVIDÊNCIA?

LUIÇA DUCLA SOARES:  
*(escritora)*

— No regime fascista, a estratégia financeira das Caixas de Previdência



Fundação Cuidar o Futuro

Fundação Cuidar o Futuro



ELEVEN é magia...sugestão...sonho! Um inefável perfume da gama Atkinson's of London

LINTAS 72-AX-02

# "As pessoas passarão a ter uma cobertura social

constituía terrível agravante às suas capacidades de conceder os benefícios a quem a eles tinha direito. Ao que parece, essas enormes receitas não eram integralmente gastas, mas acumulavam-se empregando-se obrigatoriamente em investimentos rendosos, como títulos de dívida pública, empréstimos a bancos, etc.

Qual será, doravante, a política financeira da Previdência e que benefícios a curto prazo daí poderão advir?

## RESPOSTA:

— Tem toda a razão em dizer que a política financeira da Previdência requer profundas alterações. Devo, no entanto, dizer-lhe desde já que, devido à nossa situação económica e, em particular, à recessão que se está a fazer sentir em toda a Europa e mesmo nos Estados Unidos, não julgamos possível modificar radicalmente, a curto prazo, os problemas de gestão financeira da Previdência a que fez referência.

De facto, as receitas da Previdência eram, em parte, gastas nas várias modalidades de pensões recebidas pelos chamados "beneficiários" (o orçamento anual é cerca de 22 milhões de contos) e, em parte, acumulavam-se em empréstimos feitos ao Estado ou em acções de empresas públicas. O investimento existente em tais condições é de cerca de 18 milhões de contos.

Não será ainda possível dizer-lhe com muita clareza qual a situação completa da Previdência do ponto de vista financeiro, uma vez que há uma comissão a trabalhar sobre a questão, a fim de esclarecer a situação de um orçamento que é tão grande como o dos maiores bancos! Não posso deixar de sublinhar que uma parte desses investimentos era, de facto, realizado em termos de títulos de dívida pública, sendo, portanto, como parece óbvio, mesmo por uma análise exterior da situação, utilizada na manutenção da guerra durante os 13 anos que precederam o 25 de Abril. Não será possível, no entanto, reaver a curto prazo esse dinheiro.

Há outros aspectos da gestão financeira da Previdência que deverão francamente melhorar e que poderão trazer benefícios que dizem

sobretudo respeito a uma margem de tesouraria, se quisermos, que possibilitará a extensão de benefícios a uma camada mais larga da população.

## COMO SATISFAZER AS CARÊNCIAS DAS CRIANÇAS?

MARIA DE LOURDES MARCELO:  
 (professora)

— Verifica-se, na escola, que são os alunos economicamente mais débeis (provenientes de bairros de lata, de

óbvias, foram e estão sujeitas a grandes carências afectivas?

A pergunta radica-se no facto de a afectividade ser essencial ao desenvolvimento perfeito na fase da infância e por essas crianças, mais do que quaisquer outras, além de uma instrução e preparação profissionais, necessitem de uma assistência psicopedagógica. Refiro-me especialmente às actividades lúdicas e artísticas, como elemento compensatório da personalidade a desenvolver.

## RESPOSTA CONJUNTA:

— Fico muito satisfeita por ter



orfanatos ou de certas zonas da (provincia) aqueles que, de um modo geral, maiores dificuldades escolares apresentam. Embora os problemas da educação tenham estado circunscritos, até agora, apenas ao Ministério da Educação Nacional, todos nós temos consciência que eles ultrapassam o âmbito deste Ministério. Em que medida o sector que dirige pode contribuir para a solução destes problemas?

GLICÍNIA QUARTIM:  
 (actriz)

— Como em grande parte das instituições de assistência se educam crianças, gostaria de saber se dentro dos seus planos está uma remodelação do sistema educativo dessas crianças que, por razões

sido focado este problema, visto que ele corresponde a um dos aspectos fundamentais da política que o Ministério dos Assuntos Sociais entende seguir.

Na verdade, se é certo que o acto educativo diz respeito ao Ministério da Educação e Cultura, não é menos certo que a vida da criança ultrapassa cada vez mais os limites da escola. Parece-me mesmo perigoso que toda a educação da criança seja feita através do mesmo órgão estatal. Como sabe, é muito fácil que se estabeleça aí um monolitismo de carácter doutrinário que venha a enquadrar a criança em todos os momentos da sua existência. A criança deve contactar com diferentes realidades, com a vida no seu sentido mais amplo. O Ministério dos Assuntos Sociais está particularmente

empenhado e sente como responsabilidade sua a cobertura das crianças vindas das classes mais desfavorecidas e, portanto, mais carecidas de verdadeira protecção social, isto é, uma responsabilidade que o Ministério que dirijo não pode de modo algum descurar. Dentro do plano do Ministério está, de facto, uma remodelação, ou melhor, uma total transformação do sistema educativo das crianças que vivem nas instituições chamadas "de assistência". Em primeiro lugar, gostaria de dizer que eliminarei totalmente a designação de instituições "de assistência". Haverá crianças que estarão em escolas de tipo determinado, que viverão em lares com designações específicas, mas que não são de modo nenhum "assistidas" no sentido de serem marginais e quase consideradas como indigentes. As crianças, e refiro-me especialmente àquelas que vêm de meios familiares por alguma razão desfeitos ou mesmo crianças órfãs, têm, na verdade, necessidades afectivas enormes, que com certeza conhecem ainda melhor do que eu.

Quando a educação se faz em grandes estabelecimentos, em que a criança é tratada como mais um número num aglomerado de muitas outras crianças, não me parece que essas carências afectivas possam ser resolvidas, antes pelo contrário, conduz mesmo a graves problemas de personalidade. Daí que, na transformação ambiental e educativa, me pareça importante não só uma frequência normal da escola



# porque existem e não porque produzem trabalho"

por parte dessas crianças como também a criação de um ambiente verdadeiramente familiar, distribuindo-as por pequenas unidades em que esse ambiente exista. A criação de actividades que podem estimular em crianças nestas situações (como nas outras, aliás) o desabrochar de uma afectividade e a expressão de carências que verbalmente terão dificuldade em exprimir é uma tarefa indispensável.

Julgo que as actividades artísticas e lúdicas desempenham aqui um papel importantíssimo. Receio que a maior parte dos nossos educadores não sejam suficientemente criadores e não estejam suficientemente desinibidos para estimular tais actividades. É que, tanto para crianças como para os adultos, essa expressão espontânea do ser e o seu acolhimento constitui o alicerce, afinal, de uma personalidade apaziguada consigo própria e capaz de encetar uma vida dignificante e corajosa.

## E QUANTO AO DIREITO DE FAMÍLIA E TRIBUNAIS DOS MENORES?

MARIA ANTÓNIA PALLA:  
 (jornalista)

— Penso que, sem reforma do direito de família e consequente remodelação do Tribunal de Menores, é impossível estabelecer-se uma política social, visando o bem-estar da criança.

O Ministério dos Assuntos Sociais encara colaborar intimamente com o Ministério da Justiça no sentido de obter aquelas reformas, promovendo mesmo a sua efectivação? Ao fazê-lo, visará consagrar os direitos da família tradicional ou, antes, procurará criar um estatuto social e jurídico que assegure o respeito pelos direitos da criança, nomeadamente no que se refere à sua liberdade, à escolha do sistema educativo que mais lhe convém, à garantia inofismável da sua integridade física e moral, à livre expressão da sua opinião em relação a todos os actos importantes da sua vida?

RESPOSTA:

— É claro que o Ministério dos Assuntos Sociais deseja colaborar intimamente com todos os

Ministérios, nomeadamente com o Ministério da Justiça, no que diz respeito, em particular, às consequências da remodelação do Tribunal de Menores e de tudo o que diz respeito à tutela de menores.

A sua pergunta traz já consigo a resposta. Na verdade, a criança não é um apêndice da família, mas é um ser que vale por si próprio. Daí que — e isto parecer-lhe-á, talvez, longe da questão que me pôs, mas eu não posso deixar de sublinhar — o "abono de família" hoje concedido às crianças cujo pai ou mãe tiverem realizado um certo número de dias de trabalho no mês anterior, seja um

ainda haverá que estabelecer, fora da estrutura escolar, aquelas formas que permitam a expressão livre da criança e a expressão da sua opinião em relação a muitos sectores da vida social. Julgo que seria uma fantástica experiência se pudéssemos verificar o teste de muitas das opções que tomamos em relação às crianças conversando com as próprias crianças. Há dias, referia-me uma amiga que o filho mais novo, de 6 anos, ao ter ido ao primeiro dia de aulas e quando esta lhe perguntou: "Então, meu filho, aprendeste alguma coisa?", respondeu: "Não, mãe, não aprendi nada. Lá só

presidente da "Comissão para a política social relativa à mulher", que exerci a partir de Novembro de 1973.

A explicação que me põe é que essas funções apontaram sempre para as minhas opções políticas, decorrentes de uma leitura bem clara da mensagem do Evangelho, que vejo como dirigindo-se a todos os homens e não apenas a um grupo de privilegiados, que ouço como uma voz de libertação dos oprimidos e em que reconhecendo uma solidariedade total entre os homens não só em intenções, mas também nas estruturas sociopolíticas com que se tece a



Fundação Cuidar o Futuro



ultraje à própria dignidade da criança. É a criança, enquanto tal, porque existe, independentemente da situação de trabalho do pai ou da mãe nesse mês ou no mês anterior ou durante toda a vida, é essa criança que tem direito a uma protecção social! Esse respeito pelos direitos da criança, portanto, dá-lhe primeiro, da parte da colectividade, um suporte financeiro, mas deverá também traduzir-se nos outros direitos que indicou. Está em causa, na verdade, a possibilidade de uma detecção, a regular muito cedo na vida da criança, das suas aptidões, dos seus desejos, da percepção da sua escolha, dos caminhos onde a sua personalidade mais se desenvolva. Haverá não só de formar uma acção social ligada à escola, como veículo e correctivo do sistema escolar, como

ensinam regras."

Há todo um mundo aqui que valeria a pena pensar e radicalmente transformar.

## MOTIVAÇÕES PARA UMA LUTA DE ACÇÃO

MANUEL ALEGRE:  
 (poeta)

— Como explica a sua passagem do exercício de funções técnicas, mas com implicações políticas no quadro do regime fascista, ao exercício de uma função governativa depois do 25 de Abril?

RESPOSTA:

Julgo que se refere às funções de procuradora à Câmara Corporativa, que exerci de 1969 a 1974, e às de

trama das suas relações.

Essa linha, que me conduziu durante todo o regime deposto, é a mesma a que hoje desejo dar livre cumprimento na função governativa que assumi.

## MELHORAR A SITUAÇÃO DA MULHER: COMO?

"MODAS E BORDADOS":

— No âmbito do ex-Ministério das Corporações, a engenheira Maria de Lourdes Pintassilgo dirigiu uma comissão para a promoção da mulher. Quais eram, então, os objectivos e limites dessa comissão? No caso de

## Mulheres: grupo social discriminado

ela subsistir no Ministério agora a seu cargo, é sua intenção imprimir-lhe alterações profundas? De que tipo? Em que medida uma Comissão a nível ministerial pode influir para melhorar a situação da mulher?

### RESPOSTA:

— Os objectivos da comissão que dirigi eram de facto já muito amplos. Eram muito amplos e eram portadores de toda uma convicção de que “as mulheres constituem um grupo social discriminado”. Como tal, e durante um determinado período, deve-lhes ser dirigido um direito preferencial para que, com esse direito preferencial, elas possam abrir caminho para novos modelos de organização do trabalho e da vida familiar.

Os limites da comissão residiam justamente no seu carácter inconformista, e cito esse adjectivo porque ele me foi atribuído nesse tempo... Daí que a comissão tivesse em si mesma a dificuldade de progredir, de se estruturar. Foi preciso também lutar muito para que outras mulheres não continuassem a aceitar uma situação de menoridade e de autocensura que a sua experiência pessoal e profissional lhes tinha feito adquirir.

Devo dizer que a comissão continua a trabalhar no Ministério que está a meu cargo e que constitui mesmo um dos seus pilares fundamentais. A alteração mais profunda que pretendo imprimir é justamente essa — a de não ser uma comissão de menos importância da vida do Ministério, mas ser um dos seus pilares, visto que estou inteiramente convencida de que a condição da mulher no nosso tempo aponta para novas formas de vida em sociedade.

A comissão a nível ministerial pode influir para a melhoria da situação das mulheres por duas razões. Em primeiro lugar, porque poderá e deverá congregar, como aliás já está a fazer, mulheres pertencentes a vários grupos organizados, quer partidos políticos, sindicatos ou organizações não governamentais. Essa estrutura, à excepção dos partidos políticos, estava já apontada na estrutura da comissão antes do 25 de Abril, sem ter podido ver a sua plena efectivação. Portanto, a



responsabilidades profissionais.

### QUAIS AS ATRIBUIÇÕES DO MINISTÉRIO DOS ASSUNTOS SOCIAIS?

#### Pergunta:

— A criação do Ministério dos Assuntos Sociais veio levantar em grande parte do público dúvidas de certa forma pertinentes: as da competência e atribuições desse Ministério. Quais são, afinal, as atribuições do Ministério dos Assuntos Sociais?

#### Resposta:

— Tem toda a razão em dizer que existem dúvidas quanto às atribuições do Ministério dos Assuntos Sociais.

tem, no entanto, uma actuação específica.

No domínio concreto, e, aqui e agora, nesta nossa situação muito particular do Ministério dos Assuntos Sociais, terá necessariamente como objectivo o estabelecer o Sistema Integrado de Segurança Social, que resultará da fusão da Previdência e Assistência. Isto significa que “as pessoas passarão a ter uma cobertura de segurança social porque existem e não porque produzem trabalho”. Isto é muito importante. Terá ainda como segundo objectivo o lançamento das bases de um Serviço Nacional de Saúde, e de novo quero dizer que um Serviço Nacional de Saúde estendido a todos os portugueses significa que não são apenas os indigentes que vão parar ao hospital, aos hospitais e aos



Fundação Cuidar o Futuro

comissão a nível ministerial terá, assim, digamos, as funções de um grande conselho das mulheres, onde se poderão medir na opinião pública e nos órgãos executivos os problemas fundamentais com que se debate a situação da mulher.

Em segundo lugar, creio que a comissão poderá influir para a melhoria da situação da mulher, na medida em que deverá elaborar rapidamente, a curto prazo, diplomas legislativos que visem eliminar totalmente a discriminação contra as mulheres e criar situações em que seja possível as mulheres realizarem aquilo que, ainda em todas as sociedades, é para todas elas uma dupla tarefa — a das responsabilidades familiares e as

Trata-se de um domínio novo — a política social está a ser criada em todos os países do mundo, mesmo naqueles que têm uma larga experiência da democracia e de estruturação da administração pública. Nos países em que os Ministérios dos Assuntos Sociais têm já uma história longa, eles estão gradualmente a deixar de ser uma espécie de subministérios onde se processam aqueles aspectos da protecção social que beneficiam a população, servindo como compensação das dificuldades noutros sectores, para se tornarem ministérios de uma política social global. Esta tocará necessariamente em todos os sectores, tem que ver com todos os outros ministérios mas

nossos bancos, mas “são todos que terão de ser atingidos por essa rede de saúde”, o que supõe claramente a socialização da medicina.

Em terceiro lugar, caberá ao Ministério uma política global de Acção Social. Neste momento, isto traduz-se no estudo e análise da nossa população, das suas flutuações, do seu perfil sociocultural, na análise de situações de ponta, de situações-fronteira, como a da mulher, que referimos há pouco, e ainda na conjugação de esforços com outros serviços e outros sectores, para fazer convergir na base a nossa acção e realizarmos uma verdadeira dinamização social, quer dos serviços quer das populações que os departamentos oficiais servem.